

JORNALISMO EM TEMPOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

José Ricardo Carvalheiro

Universidade da Beira Interior

Resumo: O conceito de flexibilização abarca vários sintomas de um longo quadro de dinâmicas económicas, mediáticas e tecnológicas que se cruzam e se vêm repercutindo sobre o jornalismo e que podemos observar como um triplo processo que o vem maleabilizando ao nível (1) das condições laborais, (2) dos processos de trabalho e (3) do próprio campo profissional. Uma nova fase do “capitalismo jornalístico” parece ter invertido um processo secular de especialização dentro de organizações coletivas que, ao contrário de outras “indústrias”, não era uma fragmentação técnica, mas uma especialização cognitiva e intelectual. No seu lugar, implementa-se um conjunto de procedimentos flexíveis destinados a aumentar a eficiência e que se centram nos aspetos da atratividade, da quantidade e da velocidade, onde a inovação tecnológica joga papel preponderante. Estes processos estão a provocar a desvalorização do trabalho de uma parte considerável dos profissionais, afunilando também o acesso e dificultando o reconhecimento profissional dos mais jovens.

Abstract: The notion of flexibilization encompasses several symptoms of a long chain of dynamics in the economy, in the media and in technologies, whose effects interlock and resonate over journalism as a triple process of malleability in (1) labour conditions, (2) working procedures and (3) the professional field. A new stage of “capitalistic journalism” seems to have reverted a secular process of specialization within journalistic organizations, which, distinctively from

other “industries”, was not a technical fragmentation, but rather a cognitive and intellectual specialization. A set of flexible procedures aiming to raise efficiency have been put in place with a focus on attractiveness, quantity, and speed, where technological innovation is paramount. Such process devalue journalistic work, render difficult the access to the job and hinder professional recognition for youngsters.

No espaço das últimas duas décadas (2001-2021), o jornalismo passou de uma profissão jovem em Portugal para uma profissão formalmente envelhecida. Os jornalistas com carteira profissional que têm 40 anos ou menos, na altura quase dois terços do total, estão agora reduzidos a pouco mais de um quarto, e o escalão mais novo (21-30 anos) reduziu-se a 11%.

A não renovação geracional é mais um desafio recente para a profissão, mas também é um dos sintomas de um quadro mais longo de dinâmicas económicas, mediáticas e tecnológicas que se cruzam e se vêm repercutindo sobre o jornalismo. Podemos observá-las como um triplo processo de flexibilização: (1) ao nível das condições laborais; (2) ao nível dos processos de trabalho; e (3) ao nível do próprio campo profissional.

Estes três níveis derramam-se uns sobre os outros e os seus processos de flexibilização são todos filhos da mesma conjuntura de médio-longo prazo, aquela que se foi desenhando a partir dos anos de 1970 como nova estratégia de rentabilidade do capital centrada na inovação tecno-cultural e na intensificação dos mercados globais, de onde resultou um novo contexto de “capitalismo informacional” (Castells, 2005). Esta transição, que entronca nas vias do pós-industrialismo e onde a produção e distribuição simbólicas assumem o lugar axial antes ocupado pela indústria de bens materiais, colocou o campo mediático, as telecomunicações e as tecnologias computacionais no cerne de uma dinâmica mercantil cada vez mais volátil e turbulenta.

Trata-se de um modo de acumulação flexível no qual impera a mobilidade do capital financeiro, que requereu a desregulação e o levantar de restrições por parte dos estados e que reforçou a capacidade de pressionar o trabalho e impor novos regimes laborais.

Um processo de convergência, também tecnológico, começou por ser sobretudo um movimento económico visando novas frentes de investimento no setor dos media e pondo em marcha uma dinâmica de cruzamento e concentração de meios. Capitais oriundos de outros setores empresariais contribuíram para consolidar modelos de gestão orientados para a rentabilidade do capital investido, tendentes a desgastar a ideia de especificidade sociocultural do jornalismo, bem como a amalgamar informação, entretenimento e publicidade sob o prisma dos “conteúdos”. Neste contexto, o valor do trabalho jornalístico é avaliado pela sua rentabilidade económica e, perante as flutuações do mercado, nomeadamente publicitário, a gestão procura flexibilizar os “recursos humanos”, reduzindo custos fixos, explorando sinergias e encontrando alternativas inovadoras.

Esta lógica manifesta-se globalmente desde o início dos anos 1980, de que terá sido um dos exemplos pioneiros a estação televisiva de notícias CNN (cuja génese vinha de uma empresa de *outdoors* publicitários e que hoje faz parte do maior grupo mundial de telecomunicações e media), concebida para atuar 24 horas por dia para o mercado global e desenhada num modelo hiperconcorrencial *low cost* baseado na redução de custos com o trabalho e na exploração mais flexível das tecnologias, nomeadamente formando os primeiros “vídeo-jornalistas”, impelidos a juntarem ao tratamento noticioso da informação o domínio das técnicas da imagem (Bromley, 1997).

Um vasto processo de aquisições e acumulação dos vários subsectores acelerou-se nos anos 1990 com a formação de grandes conglomerados e estendeu-se ainda mais, na viragem do milénio, para dinâmicas de integração que juntam telecomunicações, imprensa, televisão, rádio, cinema, internet e multimédia. Foi também nesse período que os principais grupos de comunicação privados se consolidaram em Portugal, agrupando-se essencialmente em torno de quatro conglomerados de comunicação, além do grupo estatal.

Os efeitos da inflexão para um capitalismo informacional sobre o campo jornalístico português já foram expostos nas suas linhas essenciais (Garcia, 2009), tendo por corolário uma tendência para a redefinição hegemónica

do jornalismo a partir do universo empresarial e tecnológico, em desfavor de uma visão do seu papel de mediador na vida pública e onde a cotação em bolsa (nos casos de Media Capital, Impresa e Cofina) ainda pressiona mais para a “maximização” do retorno e a “racionalização” do trabalho (Compton, 2010).

Como a restante economia pós-fordista, a nova produção simbólica redirecionou-se para os mercados com novas lógicas de produção não estandardizada (de que é exemplo a narrativa hipertextual nas notícias), conjugando rápidas adaptações à procura com uma oferta dirigida a segmentos específicos e, mais recentemente, à personalização de cada consumidor pela deteção e rastreamento contínuos do seu perfil.

Desde a primeira década do século XXI, tem-se dado uma reconfiguração ainda mais radical e acelerada, com o setor jornalístico e as empresas de media a nível global a confrontarem-se com uma transferência maciça de valor económico para novos atores tecno-económicos, sob o protagonismo das plataformas “sociais” online e numa economia da atenção em contínua e ubíqua disputa por todos os momentos da vida de um público transformado em motor da “prosumição” e disseminação simbólica. O alargamento dos mercados intensificou-se, até, pela mercadorização de áreas antes intocadas pela lógica mercantil, mas que a nova economia simbólica logra capturar, dotando-as de valor monetário (como a ‘conversação’ em torno da receção mediática, em parte já convertida em tráfego digital).

A expansão do consumo mediático atinge patamares sem precedentes com o capitalismo digital, mas as notícias estão agora em concorrência, a todo o tempo, com todos os outros tipos de conteúdos, incluindo os mais variados híbridos que se reinventam para criar estímulos e novas necessidades, num ambiente em que se enaltece acima de tudo a “inovação”, conceito agora revestido de forte valor comercial. O jornalismo está agora imerso num ambiente de fusão entre a comunicação interpessoal e a de massas, a informação pública e a privada, as notícias e a diversão ou o comércio, os factos e os rumores, e a profissão de jornalista compete com essa profusão

de objetos, incluindo os que são produzidos por inteligência artificial e pelo imenso exército de prosumidores em regime de “trabalho” gratuito. No novo ecossistema, a tradicionalmente escassa procura autónoma de informação noticiosa em Portugal (imprensa historicamente pouco lida e acesso à informação só generalizado como ritual quotidiano de consumo televisivo), não favorece o alcance de públicos vastos e consolidados.

É neste contexto que, após uma curva de grande crescimento, rejuvenescimento, qualificação e feminização do jornalismo português desde meados da década de 1980 até ao início do novo milénio, o contingente de jornalistas com carteira profissional atravessa agora uma fase de decréscimo e envelhecimento. O processo já tem década e meia, mas acelerou-se nos anos mais recentes. A comparação entre os dados da Comissão da Carteira Profissional (CCPJ) relativos a março de 2021¹ e os de 2001² já não permitem interpretar, como ainda se podia fazer em 2014, que a profissão tinha um universo “ainda relativamente jovem” (Miranda e Gama, 2019: 157). Os profissionais com 40 anos ou menos constituíam, há duas décadas, uma ampla maioria de 64%; atualmente são 27% (em 2014, eram *ainda* 42%).³

1. A flexibilização pela precarização das condições laborais

Num contexto global marcado pela gestão eminentemente concorrencial a partir dos anos de 1980 e depois exacerbado pela convergência digital, o jornalismo encontrar-se-á numa fase de reconfiguração para outro paradigma que reclamaria uma adaptação organizacional através de novas estruturas, nomeadamente alterando as formas centralizadas e hierárquicas próprias do paradigma industrial (Anderson et al., 2012), processo que também já foi caracterizado em Portugal como “um movimento de desorganização-reorganização” (Garcia, 2018: 13). Este cenário jornalístico dito pós-industrial é reconhecível pelo seu caráter “profundamente

1. Consultados na página da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ).

2. Compilados por Graça (2007).

3. Os números, recolhidos em plena pandemia covid-19, são passíveis de refletir algumas oscilações. O total de detentores da carteira profissional em março de 2021 (5167) representa um aumento face a dezembro de 2020 (4965).

precarizado”, no qual, “tal como noutras indústrias culturais, o trabalho permanente tende a tornar-se escasso e o acesso passa a ser feito através de formas de trabalho não pago” (Deuze e Witschge, 2018: 171 e 176).

Os sinais deste “capitalismo desorganizado” (Offe, 1985) têm-se feito sentir no campo jornalístico português desde o início do milénio, quando o contingente de profissionais ainda estava em plena expansão. Apesar de o recrutamento ter continuado a aumentar até 2006, o Sindicato de Jornalistas já apontava em 2003 o que considerava uma “evidente degradação das condições de vida e de trabalho dos jornalistas”, um “desrespeito generalizado por direitos consagrados na lei e nos contratos colectivos de trabalho”, com o “recurso sistemático a trabalho precário e à substituição de jornalistas por estudantes de jornalismo” (apud Fidalgo, 2008).

O contingente de detentores de carteira profissional em regime de *free lance* tem crescido continuamente, de 6,8% em 1997 até 21,6% em março de 2021.⁴ Mas este número está, na realidade, aquém do conjunto de profissionais cujo trabalho se encontra hoje desenquadrado em termos de relações laborais. Se juntarmos aos *freelancers* aqueles que têm um regime de trabalho “não definido”, vemos que o contingente em precariedade laboral (não contando desempregados e reformados) representa hoje 28,4% dos que estão a exercer efetivamente jornalismo com carteira profissional, um grupo de 1368 pessoas.

Há ainda outra vertente mais difícil de quantificar, composta por estagiários ou outras formas de trabalho não profissionalizado. São conhecidas as denúncias acerca dos jovens “confrontados com os intermináveis estágios” (Pacheco, 2012) ou “falsos estágios”.⁵ A flutuação dos títulos formais de estagiário é um indicador, porventura, incompleto e é possível que o

4. Sempre com base nos dados da CCPJ. Miranda e Gama (2019) chamam a atenção para a possibilidade de existir uma parte de “falsos *freelancers*”, na realidade desempregados, mas que não o declaram na esperança de irem realizando trabalhos ocasionais.

5. Uma resolução final do 4º Congresso de Jornalistas, em 2017, apelou a “acabar com os falsos estágios, os falsos recibos verdes e os falsos contratos de prestação de serviço”.

envelhecimento plasmado nos números da CCPJ oculte uma outra parte da realidade. Em alguns meios, parece até haver escassez de jornalistas experientes, como sugere investigação etnográfica numa das maiores estações televisivas portuguesas, onde uma responsável caracteriza a redação como composta por “muitos estagiários, jornalistas com 20, 30 anos, alguns com 40, e a partir daqui começa a haver muito pouca gente” (Sá, 2019: 254). Estudos de caso no setor da imprensa, em particular no online, também apontam para gerações jovens sobrecarregadas e equipas reforçadas “por pessoas identificadas como colaboradores, cujas funções resultam sobretudo de contactos prévios com o jornal através de estágio”, assim como uma organização baseada no recurso permanente a *freelancers* para assegurar a produção de conteúdos (Garcia, 2018: 34 e 54). Olhares genéricos sobre o “ciberjornalismo” também já tinham apontado a “deterioração geral” das condições de exercício da profissão, a “precarização” e a “desvalorização do valor do trabalho jornalístico” (Bastos, 2015: 16).

Se é claro que existe um envelhecimento dos profissionais com carteira, a par dele poderá existir uma juvenilização informal. Tratar-se-á de uma das facetas de um processo de desprofissionalização passível de alimentar a hipótese de que “a verdadeira dimensão do grupo dos jornalistas profissionais portugueses permanece uma incógnita, porque nem todos têm carteira profissional” (Pacheco, 2012).

O acentuar da precaridade é confirmado por um inquérito realizado em 2014-15,⁶ que aponta para a recente introdução de uma clivagem com base na insegurança laboral no interior da categoria de “jornalistas executantes” – o segmento de profissionais menos qualificados e autónomos (Miranda e Gama, 2019) Tal segmento subdivide-se agora em dois grupos mas distinguidos ao nível da situação contratual e salarial, com o mais vulnerável a ocupar 40% da amostra. Estes dados significam que o protagonismo que na tipologia dos jornalistas portugueses era assumido pelas

6. Que se estendeu além dos detentores de carteira profissional, englobando também cartões de estagiário e equiparados a jornalistas.

dimensões da escolaridade e da antiguidade cede agora lugar às questões do vínculo e do estatuto profissional. O grupo mais vulnerável, que é também o mais jovem, está disperso por várias formas de precariedade, embora já não lhe faltem credenciais escolares.

A vulnerabilização de uma geração de jornalistas, com ou sem título profissional, parece ser parte central nas ferramentas de gestão com que se está a enfrentar as incertezas do mercado e a reorganizar o jornalismo “pós-industrial”. Algo que decorre globalmente do próprio carácter das corporações mediáticas, em que as empresas “deslocalizam, subcontratam e fazem *outsourcing* de vários elementos do processo de produção para reduzir os custos e redistribuírem os riscos” (Deuze e Witschge, 2018: 173).

Em setores de empresarialização tardia e mais incipiente, como o dos media regionais portugueses, os jornalistas parecem relativamente menos expostos à precariedade laboral, apesar de muitas empresas assentarem em situações estruturalmente frágeis. Um inquérito realizado a profissionais da Região Centro sugere que as situações de instabilidade contratual situar-se-ão entre os 15% e os 20% (Morais, Jerónimo e Correia, 2020).⁷ Neste subsector, porém, escasseiam ainda mais as alternativas de mobilidade profissional e os constrangimentos salariais são mais severos, particularmente para os profissionais jovens: 51% dos respondentes abaixo dos 45 anos não ganha mais de 700 euros por mês.

Um inquérito de teor nacional acolheu 33% de respostas de jornalistas com remunerações abaixo deste valor, mas em geral o fator salarial foi apontado como o principal motivo pelo qual 64% dos profissionais já haviam ponderado abandonar o jornalismo (Crespo et al., 2017). A nível nacional, o já referido estudo de Miranda e Gama apurou 45% de vencimentos abaixo de 900 euros, além de detetar um grupo significativo (21,7%) de “executantes” precarizados que acumulam trabalho jornalístico com outras atividades. A

7. Dados anteriores à pandemia de 2020.

pressão sobre os custos do trabalho inclui também a não remuneração por horas a mais, situação que afeta uma maioria dos jornalistas inquiridos a nível nacional e regional.

A pressão sobre os custos do trabalho, porém, não se tem feito sentir por igual, uma vez que as despesas globais com remunerações nas empresas de media nem sempre decrescem, pelo menos em alguns períodos, como entre 2006 e 2010, em que aumentaram 7% devido ao peso dos conselhos de administração (Pacheco, 2012).

2. A flexibilização dos processos de trabalho

Além de desestabilizar a condição laboral, a volatilidade da economia dos media vem-se também articulando com transformações nos processos de trabalho jornalístico.

O jornalismo sempre foi marcado por uma considerável polivalência dos seus profissionais, mas o paradigma noticioso que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX tendeu para se basear numa organização “industrial”, operacionalizada pela divisão de funções mais ou menos especializadas no interior das empresas de media. Essa lógica industrial instalou uma separação mais ou menos nítida entre o jornalismo (como recolha e tratamento de informação) e outros saberes técnicos (como paginação e tipografia na imprensa, ou captação e edição de som e imagem nos meios audiovisuais), bem como face a funções administrativas e comerciais. Este jornalismo foi alcunhado como industrial pelo facto de instaurar processos de trabalho rotinizados e uma articulação oleada entre setores da ‘fábrica de notícias’ que garantiam uma produção cadenciada e em massa, mas o taylorismo do seu sistema organizacional, no que toca aos jornalistas, nunca tendeu para uma especialização tecnicamente fragmentária como na cadeia de montagem fordista, e propendeu, pelo contrário, para um certo grau de especialização cognitiva e para uma razoável autonomia dentro de um regime de trabalho assalariado.

Ao longo do século XX, o trabalho jornalístico não se configurou como “industrial” na aceção de o trabalhador perder o sentido do seu contributo no interior da máquina produtiva, nem de tender para uma mecanização que fosse reduzindo o domínio cognitivo do seu labor. Pelo contrário, quanto mais “industrial” uma empresa noticiosa, mais o trabalho jornalístico se foi organizando por secções temáticas, tendendo portanto para uma especialização “intelectual” e para um aprofundar do conhecimento numa determinada área da vida pública, movimento congruente e funcional com o acentuar dos processos de diferenciação e complexificação da sociedade.

Os tipos de flexibilização do trabalho incrementados nas últimas décadas nas empresas noticiosas vêm inverter algumas destas lógicas. É possível identificar três lógicas distintas: um modelo de *polivalência*, um modelo de *decomposição* e um modelo de *hibridação*.

A mais visível das transformações, a este nível, é a emergência do multimédia, com o fim da separação rígida entre meios e do funcionamento estanque de técnicas anteriormente específicas da imprensa, da rádio ou da televisão, e com o incremento da pluralização de tarefas. A tecnologia surge, obviamente, como elemento crucial desse processo que impele os jornalistas a tornarem-se flexíveis no uso de um mais largo espectro de linguagens, técnicas e dispositivos e a passar a conjugá-lo numa mesma operação ou em várias. Nesse sentido, o modelo de *polivalência* é uma desespecialização, a que parte dos jornalistas tem resistido por diversas razões (entre as quais o conservadorismo e a acomodação) e a que outra parte tem aderido (também por razões diversas, onde se inclui a fascinação tecnológica que converte os meios em fins), numa divisão que é em certa medida geracional.

A polivalência não se limita à articulação pelo mesmo jornalista das várias linguagens e meios, ou seja, à multimedialidade, mas também se estende a “tarefas da ordem da formatação, edição, posicionamento na grelha” (Garcia, 2018: 55), assim como a funções de interação com o público, que

implicam conhecimentos mais próximos do marketing, da gestão e da comunicação estratégica, nomeadamente em ambiente digital e nas redes sociais online (ibidem: 35).

Independentemente da sua aceitação ou resistência, a génese da flexibilização digital do trabalho não está no profissionalismo jornalístico, mas sim na componente empresarial dos media e na sua vontade ou necessidade de explorar oportunidades de mercado e/ou reduzir custos de produção.

A orientação dos “recursos humanos” para a atual lógica de multifunções foi incrementada à medida que o capitalismo flexível penetrava na economia informacional (mas, como vimos, antes do digital). Um estudo realizado em 2004 com 341 jornalistas dos principais órgãos portugueses mostrava que a seleção de profissionais e as suas carreiras continuavam a ser feitas com base na valorização da especificidade e da experiência numa área temática e num tipo de jornalismo (Cardoso, 2006). Um inquérito feito a diretores de informação em 1998 também dava conta de que o perfil preferido em jornalistas a recrutar era a formação de base numa determinada área (economia, ciência política, desporto), em detrimento de uma formação genérica em jornalismo ou num dos ramos jornalísticos, em relação aos quais se achava adequada uma pós-graduação (Sousa, s/d).

Porém, as consequências da multifuncionalização dos jornalistas dependem do contexto concreto. O domínio de várias linguagens e técnicas abre portas a uma combinação criativa mais ampla por parte de cada jornalista e, nesse sentido, a um labor menos limitado e rotineiro e mais próximo de um controlo sobre o conjunto do processo que, eventualmente, contribui para a realização pessoal através do trabalho. Entre as possibilidades contidas nesta recomposição do trabalho pode, até, vislumbrar-se o aumento da autonomia jornalística face a outros profissionais, como os editores de som e imagem, dos quais deixa de depender para finalizar as peças (Canavilhas, 2009).

As consequências são, no entanto, muito diferentes quando a multifuncionalidade se vê constrangida por cadências noticiosas cada vez mais aceleradas e exigências crescentes de produtividade, direcionada para produzir conteúdos essencialmente geradores de atenção e consumo, e usada em última análise como ferramenta de gestão para a redução de custos com recursos humanos. Este é o contexto em que, na realidade, muitos jornalistas estão pressionados a flexibilizar o seu trabalho recorrendo a todas as linguagens para responder às metas de órgãos que procuram reinventar formas de competir pela atenção num contexto hiperconcorrencial, já não só com outros meios de informação, mas também com outros produtos e lógicas comunicacionais com as quais disputa o mesmo (ciber)espaço e tempo.

Neste cenário, a flexibilidade acaba por se impor como um valor *per se* no seio das redações, e a principal qualidade dos jornalistas, interiorizada pelos próprios, passa a ser “estar disposto a aprender, porque o percurso profissional do jornalista hoje implica que estejamos sempre abertos a aprender novas funcionalidades, novas técnicas, novas ferramentas” (Garcia, 2018: 54). Focada no domínio técnico e na versatilidade e adaptabilidade que garantem uma grande fluidez na organização do trabalho, a maioria dos jornalistas produz conteúdos para todas as secções temáticas (Ibidem: 46), que aliás tendem a reduzir-se face à organização tradicional e a incluir novas categorias a meio caminho entre o informativo e o publicitário, como são algumas secções de *lifestyle* ou de tecnologia.

Outra via de transformação segue um modelo de *decomposição* do trabalho jornalístico. Neste caso, que parece estar em curso nomeadamente em estações de televisão (públicas e privadas), aumentar a produtividade e a velocidade de colocação de notícias em diversas plataformas assenta em estratégias de fragmentação e divisão do trabalho em tarefas mais específicas (Bro et al., 2016). Uma parte dos jornalistas é assim incumbida de trabalhar apenas num segmento da cadeia produtiva: alguns dedicam-se exclusivamente a recolher material em bruto no terreno (imagens, áudio, diretos dos locais) e a enviá-lo para a redação, outros a editarem as peças a partir dos fragmentos recebidos, outros especializam-se na sua preparação para de-

terminadas plataformas. O aumento da eficiência produtiva com base na rotinização destinou-se “a implementar um alto grau de dinamismo e flexibilidade na cobertura noticiosa” (ibidem: 1009) e a experiência estudada na televisão dinamarquesa mostra que esta organização funcional do fluxo de trabalho aumentou significativamente a quantidade de material recolhido e o número de peças produzido, com a rapidez do fluxo a permitir a cobertura de eventos mais perto do *deadline*, além do material ser rentabilizado num número maior de peças para diferentes plataformas, procurando assim atingir mais nichos de audiência do que tradicional *broadcasting*. Algumas destas tarefas jornalísticas passaram, no entanto, a consistir em ações rotineiras, descontextualizadas e desligadas do processo global de produção da notícia. Nomeadamente os repórteres destas equipas deixaram de fazer as suas próprias peças jornalísticas, assim como de poder apresentar ideias para reportagens, de investigar temas por si sugeridos e até de participar em reuniões da redação com editores. A pouca ligação aos temas e a alta rotação na cobertura de diversos eventos por dia tornaram-nos também menos habilitados para colocarem questões específicas no seu trabalho de recolha junto das fontes. Na prática trata-se de um processo que decompõe trabalhos complexos em subunidades menores, mais simples e com menor exigência de qualificação, podendo ser também menos remuneradas. Um processo que acentua também uma polarização dentro das organizações noticiosas entre alguns jornalistas que passam a concentrar mais poder sobre a produção de notícias e outros jornalistas cujo trabalho sofre um efeito de desqualificação e perda de autonomia em favor da sua inserção numa “linha de montagem”.

Em todo este quadro multifacetado, tem-se falado de um processo de proletarização dos jornalistas por vezes no sentido de empobrecimento e insegurança da sua condição social, como “novos pobres” da produção simbólica (Accardo, 1998) ou até da sua transmutação em “operários” multi-média. O conceito de proletarização tem um uso genérico que corresponde ao movimento de desvalorização de segmentos das classes médias e à sua absorção numa condição próxima da classe operária, incluindo na dimensão

salarial e no *status* social. Mas a noção tem outras dimensões, incluindo a ausência de poder numa estrutura organizacional e a perda de autonomia sobre o seu próprio trabalho. É neste sentido, sobretudo ligado aos processos de trabalho que foi teorizada a proletarização dos profissionais, ou seja, de grupos cujo tipo-ideal se caracteriza por produzir um produto completo e por controlar largamente as condições da sua produção (Oppenheimer, 1972: 213), mas cuja atividade é a certa altura canalizada para o cumprimento de apenas uma, ou poucas, tarefas de um processo de produção. Esta faceta do conceito tem pontos de contacto com a ideia marxista de alienação, no sentido de um processo que leva o trabalhador a não se reconhecer no produto do seu trabalho e que retira as possibilidades de realização humana através do trabalho e do seu potencial de criação. A sociologia marxista vislumbra uma tendência para a proletarização gradual de várias faixas da classe média, suscetível de afetar em particular trabalhos não manuais pouco qualificados que as estratégias dos empregadores desqualificariam (e embarateceriam) ainda mais através da introdução de tecnologias capazes de tornar as tarefas mais simples. Mas, além desta proletarização “técnica”, pode falar-se ainda de proletarização ideológica (Derber, apud Miranda, 2014), em que um grupo profissional é alienado dos seus valores e perde de vista a finalidade social da sua atividade.

É conhecida a discussão acerca da condição profissional, ou não, dos jornalistas (v. Fidalgo, 2009), nomeadamente pela tensão entre a sua condição assalariada, a ausência de monopólio de um saber claramente especializado e a falta de controlo sobre o acesso à profissão, por um lado, e a forte ideologia “profissional”, a existência de uma cultura própria com valores de serviço e as prerrogativas de autonomia na definição interna das suas normas e da sua *expertise*, por outro lado. Numa perspetiva interacionista, a profissionalização é um processo histórico que se prende com a instituição de um conjunto de condições de diferenciação face aos leigos e de definição e reconhecimento de fronteiras, que no caso dos jornalistas seria um percurso ainda não terminado na viragem para o século XXI. Neste quadro,

tem-se sugerido que os recentes desenvolvimentos tecnológicos estão a conduzir a formas de desprofissionalização do jornalismo, ao passo que a intensificação mercantil se liga a formas de proletarização (Fidalgo, 2009).

Uma terceira via que repercute as dinâmicas de flexibilização assenta num modelo de *hibridação*. Num conjunto de redações têm sido identificadas mudanças na tradicional estrutura hierárquica e a emergência de novas normas e valores partilhados e construídos no seio de equipas compostas por diferentes grupos profissionais, com negociações entre jornalistas e outros tecno-atores, especialmente designers e informáticos (Canavilhas et al., 2016). Nestes contextos, um modelo mais horizontalizado substitui a organização vertical na qual o controlo da redação era gerido apenas entre jornalistas, sendo que a própria noção de notícia, pilar da prática jornalística, “deixa de ser domínio exclusivo de repórteres e editores” (idem, 2016). Estas transformações mostram o jornalismo como uma atividade cujas fronteiras se estão a mover, fruto de interações e gerando novos modelos, e rejeitam uma abordagem essencialista da profissão.

É aqui que se enquadra a amplificação dos tipos de notícias como “formas de conhecimento”, que inclui sofisticadas peças multimédia que iluminam situações complexas de uma forma multifacetada, explorando potencialidades do digital (Nielsen, 2021). Este tipo de peças resulta geralmente de trabalho em equipas híbridas, com considerável investimento de tempo e recursos, o que faz delas um lote minoritário, mesmo dentro dos também minoritários órgãos de referência.

A hibridação tem-se feito através da formação de equipas, embora exista também uma procura por jornalistas com conhecimentos gráficos e de programação, assim como por tecno-atores com noções jornalísticas (Canavilhas et al., 2016). Ou seja, o trabalho coletivo é uma solução enquanto a hibridação do próprio perfil dos profissionais não está suficientemente desenvolvida e disponível.

Esta organização em equipas parece ter várias componentes importantes. Primeiro, nelas os jornalistas articulam-se com atores cujo domínio técnico recai sobre operações ainda suficientemente complexas para não poderem ser agregadas ao regime de multitarefas jornalísticas, como vem sendo feito noutros domínios em que os softwares já permitem formação e adaptação rápidas.

Segundo, a articulação é negociada e não simplesmente subordinada às decisões jornalísticas (como acontece tradicionalmente na sua relação com outros técnicos como, por exemplo, operadores de câmara ou editores de imagem). Habitualmente, os jornalistas querem mais texto e os designers mais elementos visuais, e a decisão não é unilateral. Como diz o membro de uma dessas redações, “deixar de sacralizar o papel do jornalista, e trabalhar em equipa, com o infográfico, o designer, etc. é fundamental” (Garcia, 2018: 47).

Terceiro, à expertise dos tecno-atores não se associam valores “ideológicos” que identifiquem no produto do seu trabalho funções sociais e políticas e, portanto, a sua ação virada para a eficiência comunicativa integra-se totalmente dentro da lógica empresarial. Assim, sob a perspetiva de que todos têm “um propósito comum: produzir informação”, estimula-se a diluição de outros horizontes para além do produtivo que fazem parte do ethos jornalístico.

Este modelo configura, de certa forma, uma alternativa ao modelo focado na multifuncionalidade jornalística, pelo menos no que respeita a órgãos que visam alguma sofisticação informativa, admitindo-se que “vem perdendo espaço a utopia de que a notícia um dia poderia ser produzida por um único profissional com capacidades espetaculares para executar as tarefas mais complexas de todos os domínios” (Canavilhas et al., 2016).

Mas, ao nível do processo do trabalho, a inserção de jornalistas em equipas multidisciplinares ou a sua relação mais próxima e permanente com estes tecno-atores têm também como efeito flexibilizar o lugar e o poder dos jornalistas nas redações e horizontalizar a sua conexão com outras profissões cujos valores são menos resistentes à orientação puramente mercantil.

Esta hibridação faz parte de uma nova racionalização do trabalho que procura, dentro das empresas jornalísticas, mecanismos de adaptação a um ecossistema ultracompetitivo e onde a atenção e o interesse do público se tornaram recursos escassos pelos quais é necessário lutar de forma permanente. Esta competição não dispensa estratégias eminentemente gráficas, elementos de informação visuais e outras formas inovadoras de tornar os conteúdos atrativos, estando o jornalista obrigado a trabalhar numa “articulação com os webdesigners e programadores, sem os quais é impossível inovar” (Garcia, 2018: 61).

Se este modelo articula os requisitos de flexibilidade com o trabalho em equipa e uma horizontalidade nos processos produtivos, ele também remete, de uma forma ainda mais clara do que nos anteriores modelos, para a relação do jornalismo com outros campos, para o seu estatuto e para a sua própria definição enquanto profissão.

3. A flexibilização do campo profissional

Na verdade, todos os processos de flexibilização mencionados, quer ao nível da relação laboral quer dos processos de trabalho, fazem parte de um movimento de recomposição interna do campo mediático e, conseqüentemente, implicam na identidade do jornalismo, nas suas relações com outras profissões e mesmo nas articulações com campos externos ao sistema dos media. Neste movimento podem detetar-se tendências de *diluição*, de *desautorização* e de *tecnicização* no interior do campo jornalístico.

Uma das mais evidentes questões que se colocam decorre do aumento de jornalistas desenquadrados das organizações noticiosas e diz respeito ao futuro da identidade profissional. Às ténues, ocasionais ou inexistentes ligações às redações em que opera o número crescente de freelancers, tarefeiros e estagiários, somam-se a multiplicação de pequenos projetos de nicho e um ambiente de incentivo dos jovens jornalistas e aspirantes no sentido do empreendedorismo. Este contexto já levou a propor que os estudos jornalísticos descentrem o foco analítico tradicionalmente apontado às

redações (Deuze e Witschge, 2018) e a questionar o próprio conceito de “organização” noticiosa como ferramenta operativa útil para perceber o atual jornalismo “pós-industrial”.

As percepções entre os jornalistas portugueses mostram um processo de interiorização para a necessidade de serem mais pró-ativos no futuro, criarem a própria empresa e cultivarem uma marca pessoal, atitudes que parecem expressivas entre os mais jovens (Crespo et al., 2017).⁸ É significativo que estas perspectivas não impliquem a ideia de perda de autonomia, pelo contrário, podendo ser imaginado e valorizado o seu acréscimo à luz da ideologia do empreendedorismo. No entanto, a autonomia dos jornalistas individualmente desenquadrados, seja por serem ‘donos do seu próprio negócio’ ou por serem trabalhadores isolados sem chefias nem empregadores, não significa uma profissão mais autónoma.

Um processo de individualização terá certamente consequências ao nível da cultura jornalística, que até hoje se tem forjado no ambiente das redações, ao nível da manutenção, ou não, de uma comunidade interpretativa e ao nível da própria existência de associações coletivas que sustentam e balizam qualquer profissão. É provável que a autonomia pessoal do jornalista na gestão do seu processo de trabalho gere, por outro lado, uma perda de autonomia em certos domínios da atuação profissional, como sejam a relação com alguns tipos de fontes, o acesso a determinados tipos de informação e o respaldo institucional face a pressões ou retaliações externas. Não é de excluir que um tal desenquadramento dos profissionais tenda a remetê-los para domínios mais ‘suaves’ do trabalho jornalístico.

A emergência recente do jornalista empreendedor – que transfere a ideia de eficiência, produtividade e autonomia da empresa para o indivíduo (Deuze e Witschge, 2018: 175) – é um fenómeno que também coincide com o esbater das divisórias entre o trabalho editorial e as tarefas comerciais e de marketing no interior das próprias empresas noticiosas. Este é um aspeto

8. Este estudo baseou-se maioritariamente em respostas de jornalistas até aos 44 anos (70% dos inquiridos).

diretamente relacionado com a flexibilização de atitudes e valores que eram próprios do profissionalismo na maior parte das culturas jornalísticas ocidentais, e que (ainda) estão plasmados em estatutos da profissão e códigos deontológicos, mas que dão sinais de permeabilização.

Além de se notar um trânsito cada vez maior entre o jornalismo e as profissões da esfera persuasiva e publicitária da comunicação (onde, ao contrário do jornalismo, as oportunidades de trabalho estão a aumentar), também se aponta uma certa reversão na atitude face a essas profissões, em relação às quais o jornalismo tinha, no passado, erigido uma barreira com a qual construiu a sua identidade distintiva, mas que hoje dá mostras de se tornar mais flexível, admitindo-se até uma acumulação de tarefas ou de ofícios (Fidalgo, 2019). O caso das publi-reportagens e dos conteúdos patrocinados, em que a produção de conteúdos é da autoria e responsabilidade de um órgão jornalístico, mas de acordo com os interesses da marca patrocinadora, é um exemplo bem revelador. Não menos reveladora da porosidade que as fronteiras entre estes campos da comunicação têm vindo a adquirir é a designação de categorias como *brand journalism* ('jornalismo' ao serviço de uma marca empresarial). Estas tendências têm um claro potencial para corroer a componente profissional de serviço público, que foi um dos pilares da sua legitimação social, em última análise provocando a *diluição* da atividade jornalística num continuum, ou numa amálgama, de trabalhos do campo comunicacional.

A relação de trabalho com outro tipo de profissões, como o caso das equipas híbridas com designers, insere-se numa outra lógica e tem sobretudo incidência nas relações de poder e autoridade dentro das organizações, mas a erosão da posição dos jornalistas também não deixará de se refletir no estatuto social da profissão. Sendo a jurisdição um aspeto principal para a afirmação de um grupo profissional, ela é contrariada por práticas porosas entre ocupações, que tornam ainda mais difícil a distinção entre insiders e outsiders e o trabalho de "construção de uma fronteira" que permite estabelecer e manter uma profissão enquanto tal (Schudson e Anderson, 2009). Sendo certo que mesmo no modelo de profissões liberais alguns grupos

mantêm total jurisdição sobre o seu trabalho (como os médicos), mas outros articulam os seus saberes num produto comum sem perderem a jurisdição própria (como os engenheiros e os arquitetos), aquilo que se passa com os jornalistas dependerá de, nas interações do processo de trabalho partilhado, manterem um *know-how* específico e bem identificado, o que está em risco de erosão quando outros ofícios intervêm na definição da própria noção de notícia. Nesta faceta, flexibilização equivale a *desautorização*, no sentido de perda de autoridade profissional, pois significa aceitar que não jornalistas têm competência para decidir acerca do trabalho jornalístico, tendência que também é colocada por outros vetores hoje em ação nos media, como alguma participação do público (aspeto não tratado neste texto). Um movimento de desautorização não significa que o jornalismo termine, mas sim que perca o caráter de profissão, aliás desde sempre contestado, mas hoje abordado em termos de desprofissionalização.

Uma terceira incidência das forças flexibilizadoras na transmutação do campo jornalístico diz respeito à sua *tecnicização* e está particularmente interligada com a alteração dos processos de trabalho quer no sentido da polivalência quer da decomposição, embora por vias diferentes. A ampliação do domínio de técnicas não prejudica o trabalho jornalístico de *per se*, mas apenas se implicar a redução do domínio cognitivo. Vários académicos têm chamado a atenção para o facto de, no mundo real do trabalho flexível e veloz, as multitarefas da generalidade dos “ciberjornalistas” os manterem “acantonados em tarefas de baixa densidade jornalística” (Bastos) ou para a pressão de uma panóplia cada vez mais ampla de instrumentos que “se arrisca a retirar ao jornalista algumas importantes condições (físicas e psicológicas) de elaboração intelectual, de ponderação, de reflexão” (Fidalgo, 2008: 14). Fazer do jornalismo uma *knowledge profession* no atual contexto e reverter o que se identifica como a “marginalização silenciosa do jornalismo profissional no seio da comunicação pública”, requer não apenas *skills* comunicacionais, mas também um reforço cognitivo dos profissionais que junte uma “expertise nos temas específicos acerca dos quais reporta” a uma “ampla perspetiva intelectual” (Donsbach, 2014: 661, 667).

A tendência contrária arrisca-se a fixar os jornalistas como “simples perguntadores de questões gerais” (Schudson e Anderson, 2009: 96), incapazes de dominarem questões sofisticadas e de informarem com critério, cenário de fragilidade em que, por exemplo, ativistas dos movimentos anti-vacinas evitam os jornalistas de ciência e procuram plantar as suas perspectivas como histórias de interesse humano junto de repórteres sem formação específica.⁹ À medida que forem existindo menos jornalistas formados e atualizados em ciência, ou noutra área temática, e que forem dedicando mais tempo e esforço à formação e ao trabalho na vertente técnica, mais provável é que a informação jornalística se torne uma inutilidade como meio de esclarecimento num mundo complexo e, portanto, que o seu valor social se vá corroendo.

A tecnicização através da polivalência comporta riscos de fragilização cognitiva da profissão, mas não uma perda de controlo nem uma diminuição da criatividade nas tarefas a efetuar. Por sua vez, o tipo de tecnicização implicada na decomposição do trabalho representa uma verdadeira proletarização da atividade de alguns jornalistas, alienados do próprio produto do seu trabalho.

Nota final

Os vários processos de flexibilização em curso têm conduzido, por um lado, a leituras, mais críticas ou mais celebratórias, de que o campo está em transmutação profunda (Anderson et al. 2012; Deuze e Witschge, 2018; Garcia, 2018; Canavilhas et al., 2016) e, por outro lado, a leituras acerca de uma profissão verdadeiramente ameaçada de sobrevivência (Fidalgo, 2008; Baptista, 2012; Bromley, 1997).

A nova fase do “capitalismo jornalístico” (Garcia, 2009) parece ter invertido um processo secular de especialização jornalística dentro de organizações coletivas que, ao contrário de outras “indústrias”, não era uma fragmentação

9. D. R. Grimes, Impartial journalism is laudable, but false balance is dangerous, *The Guardian*, 8/11/2016.

técnica, mas uma especialização cognitiva e intelectual (por áreas temáticas, e não apenas uma especialização por suporte, em imprensa, rádio ou televisão) e que, no seu lugar, implementou um conjunto de procedimentos flexíveis destinados a aumentar a eficiência e que se centram nos aspetos da atratividade, da quantidade e da velocidade, onde a inovação tecnológica joga papel preponderante.

Estes processos estão a provocar a desvalorização do trabalho, pelo menos, de uma parte considerável dos profissionais, afunilando também o acesso e dificultando o reconhecimento profissional dos mais jovens, o que se insere num mais vasto movimento socioeconómico de despromoção de segmentos da classe média e de polarização interna em alguns setores. Em última análise o caminho trilhado poderá ser o de uma profissão cortada ao meio, em que uma das “metades” é expulsa do patamar profissional.

Referências

- Accardo, A. (1998) *Journalistes Précaires*. Bordéus: Le Mascaret.
- Anderson, C., Bell, E. e Shirky, C. (2012). *Post-Industrial Journalism: adapting to the present*. Tow Center for Digital Journalism.
- Baptista, Carla (2012). Uma profissão em risco iminente de ser descontinuada. *Jornalismo & Jornalistas*, 52.
- Bastos, H. (2015). Das utopias à realidade: Um olhar sobre duas décadas de ciberjornalismo. *Estudos de Jornalismo*, 4.
- Bro, P., Hansen, K. R. e Andersson, R. (2016). Improving productivity in the newsroom? Deskilling, reskilling and multiskilling in the news media. *Journalism Practice*, 10: 8.
- Bromley, Michael (1997). The end of journalism? Changes in workplace practice in the press and broadcasting in the 1990's. In M. Bromley e T. O'Malley, *A Journalism Reader*. Londres: Routledge.
- Canavilhas, J. (2009). Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade. In Fidalgo, J. & Marinho, S. (Org.) *Actas do Seminário “Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação”*. Braga: CECS.

- Canavilhas, J., Satuf, I., Luna, D., Torres, V. Baccin, A. e Marques, A. (2016). Jornalistas e tecnoatores: a negociação de culturas profissionais em redações on-line. *Revista Famecos*, vol. 23, 3.
- Cardoso, G. (2006). Gestão de recursos humanos nas redações dos mass media em Portugal. Working report, OberCom.
- Castells, M. (2005). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Compton, J. (2010). Newspapers, Labor and the Flux of Economic Uncertainty. In S. Allan (ed.), *The Routledge Companion to News and Journalism*. Londres: Routledge.
- Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J. Cardoso, G. e Paisana, M. (2017). *Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Donsbach, W. (2014). Journalism as the new knowledge profession and consequences for journalism education. *Journalism*, vol. 15 (6), 661-677.
- Deuze, M. e Witschge, T. (2018). Beyond journalism: Theorising the transformation of journalism. *Journalism*, vol. 19 (2).
- Fidalgo, J. (2009). *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Fidalgo, J. (2008). *Os novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício*. Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.
- Fidalgo, J. (2019). Em trânsito pelas fronteiras do jornalismo. *Comunicação Pública*, 14, 27.
- Garcia, J. L. (2009). Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses: Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. In J. L. Garcia (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L. (coord.) (2018). *Os Media em Mudança em Portugal*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Graça, S. M. (2007). *Os jornalistas portugueses: dos problemas de inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra: MinervaCoimbra.

- Miranda, J. (2013). Os desafios da reconfiguração das redações para os meios de regulação mediática. In H. Sousa et al. (eds.), *Media policy and regulation: activating voices, illuminating silences*. Braga: CECS.
- Miranda, J. e Gama, R. (2019). Os jornalistas portugueses sob o efeito das transformações dos media. Traços de uma profissão estratificada. *Análise Social*, nº 230.
- Morais, Ricardo, Jerónimo, Pedro e Correia, João (2020). *Jornalismo na Região Centro*. Covilhã: LabCom.
- Nielsen, Rasmus Kleis (2021). notícias digitais como forma de conhecimento: um novo capítulo na Sociologia do Conhecimento. *Intexto*, 52.
- Offe, C. (1985). *Desorganized Capitalism*. Polity Press.
- Oppenheimer, M. (1972). The proletarianization of the professional. *Sociological Review*, vol. 20, S1.
- Pacheco, Liliana (2012), “Jovens Jornalistas: entre o sonho e a desesperança”. In J.N. Matos e N. Domingos (ed.), *Novos Proletários: A precariedade entre a “classe média” em Portugal*, Lisboa, Edições 70, pp. 109-121.
- Sá, Sónia (2019). *Jornalismo Integrador*. Covilhã: LabCom.
- Schudson, Michael e Anderson, Chris (2009). Objectivity, Professionalism, and Truth Seeking in Journalism. In K. Wahl-Jorgensen e T. Hanitzsch, *The Handbook of Journalism Studies*. Londres: Routledge.
- Sousa, Jorge Pedro (s/d). O desejado – Para um perfil do candidato a jornalista pretendido pelos órgãos de comunicação social. BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.